



Imprimir



Fale Conosco



Zoom+

Zoom-



Edições

Anteriores

Busca

ANO IV - Número 28
Brasília, 10/10/2011

Saúde da Mulher I

O Governo Federal celebrou o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Luta pela Redução da Mortalidade Materna, no último dia 28, com o lançamento de um conjunto de medidas que compõem o Programa de Planejamento Familiar. O evento, realizado na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), contou com a participação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra da SPM, Nilcéa Freire, do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, entre outras autoridades.



Saúde da Mulher II

Fazem parte o pacote de medidas, a inclusão da vasectomia na lista de cirurgias eletivas, o aumento da oferta gratuita de contraceptivos em postos de saúde, passando de 20 milhões para 50 milhões de cartelas/ano de pílulas combinadas e de 1,2 milhão para 4,3 milhões de ampolas injetáveis. A partir da primeira quinzena de junho os 3.500 pontos de farmácias e drogarias credenciadas na Farmácia Popular do Brasil passarão a vender anticoncepcionais a baixíssimo custo em todo o país.



Saúde da Mulher III

O pacote de medidas será reforçado por uma campanha publicitária e com a distribuição, em larga escala, de material educativo sobre os diferentes métodos de contracepção. Esse material será distribuído em escolas, centros comunitários, no Programa Saúde da Família e contém informações sobre as diversas maneiras de se evitar uma gravidez não desejada.



Lei Maria da Penha I

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) deu um grande passo para a correta aplicação da Lei Maria da Penha (11.340/06). Por dois votos a um, foi aprovado o recurso contra o arquivamento de processo baseado nessa legislação. O resultado não obriga juízes e promotores a mudar seu procedimento, mas a decisão poderá se tornar referência para deliberações dos demais Tribunais de Justiça, nos estados.



Lei Maria da Penha II

O recurso que deu origem a esse julgamento refere-se ao processo da vítima de violência doméstica J.V.C. No dia 02 de novembro de 2006,

AGENDA

Ato

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Bancada Feminina do Congresso Nacional, com o apoio da SPM, realizam nesta quarta-feira, às 12h, ato em defesa da participação das mulheres na Reforma Política, na rampa de acesso ao Congresso. "Nem menos nem mais: apenas iguais". Esse é o slogan da manifestação. Na ocasião, um texto sobre a reforma será distribuído com as seguintes reivindicações: em caso de prevalecerem as listas pré-ordenadas que haja a alternância de sexo, um para um, ou seja, para cada candidato uma candidata, 30% do tempo para candidaturas de mulheres na propaganda eleitoral no rádio e TV, 30% da destinação de recursos do Fundo Partidário para os organismos de mulheres dos partidos políticos.



Conferência Governamental I

Como etapa preparatória da II Conferência Nacional de Políticas para as

grávida de 6 meses, que sofreu queimaduras de primeiro e segundo graus após o marido J. A.O.S. ter ateado fogo em seu corpo. Três semanas após a violência, a vítima compareceu perante a juíza e, na presença do acusado, renunciou à representação. Assim, a juíza determinou que o acusado não poderia ser preso pelo crime, apesar do pedido do Ministério Público, e arquivou o processo.



Aumento Populacional

A população do Brasil aumentou quatro vezes entre 1940 e 2000, passando de 41,2 milhões para 169,8 milhões de habitantes, segundo mostra o estudo Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos de 1940 e 2000, lançado em maio, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1940, havia equilíbrio entre o número de homens e mulheres (20,6 milhões); em 2000, o contingente feminino (86 milhões) ultrapassou o masculino (83,6 milhões). Segundo o estudo, os cinco estados brasileiros mais populosos são Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, nessa ordem.



Mais Uma I

Mais um serviço de enfrentamento à violência contra a mulher foi inaugurado. O Núcleo da Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência (DEPEDDIM), em Brasília Teimosa, no Recife, tem como objetivo prestar serviços de assistência às mulheres vítimas de violência doméstica. O núcleo contará com uma equipe multidisciplinar integrada por advogados, assistentes sociais e psicólogos. Pernambuco é o 9º estado a ter uma defensoria pública especializada no atendimento à mulher. Tocantins, Minas Gerais, Piauí, Mato Grosso do Sul, Amapá, Paraíba, Rio de Janeiro e Ceará já instalaram esse equipamento social.



Mais Uma II

A criação do núcleo faz parte da Política Nacional e Estadual de enfrentamento às mulheres vítimas da violência doméstica. A inauguração contou com a presença da ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Secretária Especial da Mulher do Estado de Pernambuco, Cristina Buarque, e outras autoridades do Poder Judiciário.



Câncer

No Brasil, 48.930 mulheres foram diagnosticadas com tumor na mama em 2006, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca). Entre 1999 e 2004, a doença matou 53.213 brasileiras.



Mulheres, será realizada, no dia 12 de junho, das 9h às 17h, no Auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC, a Conferência Governamental, que faz parte da fase final para a realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Participam do evento, mil representantes dos ministérios, secretarias especiais, vice-presidência da República, Casa Civil, Advocacia-Geral da União, Ouvidoria Geral da União e demais órgãos do governo federal, que irão eleger 425 delegadas (os) para participar da etapa nacional, de 17 a 20 de agosto, em Brasília.



Conferência Governamental II

O encontro será aberto pela ministra Nilcéa Freire, da SPM. Em seguida, haverá uma mesa de debate sobre os dois temas centrais da II CNPM, avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e participação das mulheres nos espaços de poder. Depois as participantes se dividirão em grupos para discutir os temas e apresentar propostas e, por último plenária com deliberação sobre as propostas e a eleição de delegadas.



Reforma em Pauta

No dia 25 de maio, em Porto Alegre, foi realizada a 11ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, organizada pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale). Entre os temas debatidos pelos mais de 800 parlamentares, assessores e representantes das assembleias legislativas, foram discutidas as perspectivas da reforma política e a participação da mulher na atividade política. No fim, foi divulgada a Carta de Porto Alegre, que será encaminhada ao Congresso Nacional, com a defesa de pontos como a valorização dos estados e a discussão de um novo pacto federativo.



Sistema Prisional Feminino I

O governo federal quer reformular o Sistema Prisional Feminino. A partir de um decreto, do dia 28 de maio, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, criou um grupo de trabalho interministerial com o objetivo de elaborar propostas para a reorganização e reformulação do sistema prisional feminino. A SPM coordenará o grupo composto por 12 pessoas, sendo um integrante de cada um dos seguintes órgãos: SPM, Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Departamento Penitenciário Nacional (Ministério da Justiça); Secretaria Nacional Antidrogas e Secretaria Nacional de Juventude; e ministérios do Trabalho, da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Cultura e dos Esportes.



Sistema Prisional Feminino II

A atuação da SPM na questão das mulheres encarceradas vem atender a um apelo dos movimentos que trabalham nesse setor e teve, como um dos marcos, o Natal de 2004. Pela primeira vez, as detentas tiveram direito ao indulto natalino, que até então só contemplava homens. No ano seguinte, a SPM iniciou parceria junto ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen), efetivada por meio de um acordo de cooperação técnica, publicado em fevereiro de 2007. Pelo acordo, a SPM e o Depen ficam encarregados de elaborar e implementar políticas públicas voltadas para as presidiárias, seus filhos e sua família, além de favorecer condições dignas de encarceramento e contribuir para a reintegração social.



Sistema Prisional Feminino III

Segundo o Depen, no Brasil, existem 9.000 detentas - que representam 4% da população carcerária - divididas em 44 presídios, sendo que a maioria está concentrada na região Sudeste.



ACONTECEU

2ª Videoconferência I

Na reta final dos preparativos para a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, mais de X mulheres participaram na última quarta-feira, no auditório da Interlegis, no Senado Federal, da 2ª videoconferência da II CNPM. O objetivo foi orientar, tirar dúvidas e, principalmente, preparar a discussão sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para as conferências estaduais.



2ª Videoconferência II

A mesa de abertura foi formada pela ministra Nilcéa Freire, pela secretária-adjunta e coordenadora da II CNPM, Teresa Sousa, e por representantes da Comissão Organizadora Nacional e do Comitê de Monitoramento do PNPM. A transmissão pôde ser acompanhada em qualquer lugar do Brasil via internet (link na página www.spmulheres.gov.br) e nas assembleias legislativas estaduais (nas salas do Interlegis).



Uso do Tempo

Durante o Seminário Internacional sobre o Uso do Tempo, no dia 3 de junho, no IBGE, no Rio de Janeiro, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, propôs a

Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br

criação de um grupo de trabalho formado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras instituições, com o objetivo de dar continuidade aos esforços para a implementação de pesquisas sobre uso do tempo, no Brasil. O seminário integra o projeto "Uso do Tempo e trabalho não-remunerado das mulheres no Brasil e Cone Sul", executado pelo UNIFEM, com o apoio da Comunidade de Madri.



Audiência Pública I

A Sub-comissão de Saúde da Mulher e Planejamento Familiar, da Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara do Deputados, promoveu, no dia 29 de maio, a audiência pública Saúde da Mulher Brasileira - Desafios e Perspectivas. Essa iniciativa fez parte do calendário de celebrações do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Luta pela Redução da Mortalidade Materna.



Audiência Pública II

Participaram da mesa de abertura do evento, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, o ministro da Saúde, José Gomes

Temporão, o presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, o deputado Jorge Tadeu Mudalen, a presidente da Subcomissão de Saúde da Mulher e Planejamento Familiar, deputada Cida Diogo, e a coordenadora do Comitê Estadual de Morte Materna do Estado do Rio de Janeiro, Tizuko Shiraiwa.

**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.